

Suplicy propõe que Congresso investigue Fiúza

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem da tribuna a ampliação das investigações sobre as emendas que, na sua avaliação, foram acrescentadas ao orçamento da União após sua aprovação pelo Congresso, no final de 1991. Citando as declarações do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, Suplicy afirmou que houve uma supressão de 5% nas verbas destinadas aos ministérios militares em relação ao que estava previsto. O senador atribuiu essa supressão à forma indiscriminada com que foram feitos remanejamentos de recursos pelo então relator do orçamento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), hoje ministro da Ação Social.

O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que era o presidente da Comissão Mista de Orçamento na época, eximiu-se de qualquer responsabilidade. Ele afirmou que não vai comparecer à Comissão para dar explicações sobre mudanças que teriam sido feitas. Ontem, o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), aguardava as explicações de Aragão, que solicitou na semana passada através de ofício. Benevides também enviou o mesmo pedido de explicações ao ministro Ricardo Fiúza. O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) procurou Benevides e, em nome de Fiúza, prometeu enviar os esclarecimentos hoje.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apoiou Aragão. Ele disse que é preciso verificar a atuação dos parlamentares que acompanharam o relator na conclusão do orçamento e se houve adulteração nas emendas. Aragão lembrou que na última reunião da Comissão Mista de Orçamento, em dezembro do ano passado, o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES) propôs, em nome das lideranças, que os destaques feitos pelos integrantes da Comissão fossem utilizados pelo relator como indicações. Suplicy afirmou, entretanto, que o Fiúza extrapolou o acordo, acrescentando ao orçamento 60 emendas não autorizadas, que somavam recursos de Cr\$ 25 bilhões.